



Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Disciplina Optativa. Linha 1. Políticas públicas de prestação jurisdicional e efetividade dos Direitos Fundamentais no Estado Democrático de Direito.

4 créditos/15 encontros

SÍLZIA ALVES CARVALHO – UFG/FD

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO NETO – UFG/FD

Acesso à Justiça como prestação jurisdicional formal e material e as políticas públicas de solução dos conflitos sociais por meio de metodologias consensuais e dialógicas.

CONTEÚDO PROGRAMADO

A prestação jurisdicional no Estado Democrático de Direito a partir da Constituição brasileira de 1985. Acesso à Justiça. Justiça e processo. Procedimento e métodos de solução de conflitos.

DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Durante o curso os problemas atinentes ao sistema de prestação de justiça serão objeto de discussões a partir do referencial teórico da abertura sistêmica e crítica do direito como uma área autônoma do conhecimento, considerando as transformações que marcaram o ingresso no Século XXI, as quais são reconhecidas como significativas para o direito.

O pensamento jurídico a respeito das metodologias para a solução dos conflitos sociais deverá ultrapassar o sentido formal da resolução do processo, em um viés quantitativo com relação à eficiência e eficácia metodológica. Propõe-se a repensar a Teoria Geral do Processo a partir do instrumentalismo metodológico e da crítica sistêmica do direito.

O acesso à justiça tem sido considerado uma garantia fundamental da pessoa no Estado Democrático de Direito, demandando a reforma da Constituição brasileira em 2004 e a consequente criação de um órgão para promover o aprimoramento administrativo do Poder Judiciário - o Conselho Nacional de Justiça, que entre outras atribuições é responsável pela definição das políticas públicas no ambiente do judiciário, a fim de assegurar o direito fundamental à prestação jurisdicional justa. O curso será orientado para a elaboração de conhecimentos teóricos e práticos que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas públicas de prestação de justiça e de ações de revisão e aprimoramento da compreensão a respeito das metodologias consensuais para a solução de conflitos.





Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

O método *brainstorming* será adotado na reelaboração da problematização e na construção crítica de possíveis soluções práticas, contudo fundamentadas nos conhecimentos teorizados a respeito dos temas propostos.

A disciplina será ministrada por meio de seminários envolvendo os mestrandos e os professores da disciplina.

A avaliação será realizada por meio de um artigo individual a ser apresentado até o dia 15 de dezembro junto ao PPGDP.

UNIDADES TEMÁTICAS

- 1 O Direito processual no contexto do pensamento jurídico
- 1.1 O pensamento tradicional e o pensamento crítico sobre o processo.
- 1.2 Ciência, instrumentalismo e criticismo processual.
- 1.3 Sistema fechado, autopoiético ou aberto de processo.
- 1.4 Autonomia ontológica ou finalística do processo?
- 2 O processo no contexto do pensamento liberal e do pensamento social
- 2.1 Estado Liberal, segurança jurídica e engenharia social.
- 2.2 Estado Social, acesso à justiça e políticas públicas.
- 2.3 Sociologização do processo e instrumentalidade metodológica.
- 3 Estado Democrático de Direito e processo.
- 3.1 Publicização e Constitucionalização do processo.
- 3.2 Privatização do processo e negócios jurídicos processuais
- 3.3 Acesso à justiça, formal e material.
- 4 Métodos de solução de conflitos.





Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

- 4.1 Consensualidade, Dialogicidade e procedimentalismo.
- 4.2 Eficiência, eficácia, efetividade e celeridade.
- 4.3 Métodos Autocompositivos e Heterocompositivos.
- 4.4 Política judiciária de resolução de processos.
- 5 Processo e solução de conflitos sociais, ou resolução de demandas? O problema da entrega do "bem da vida" ou da realização da "paz social".
- 6 Política pública de acesso à justiça, "Administração pública judiciária", ou "jurisdicionado"? O problema da compreensão a respeito da "Justiça" no âmbito metodológico da processualidade.

CRONOGRAMA - Execução no 2º semestre de 2019

5ª FEIRA - DAS 18 horas às 22 horas - Faculdade de Direito - PPGDP

AGOSTO: 08, 15, 22 e 29.

SETEMBRO: 05, 12, 19, 26.

OUTUBRO: 03, 10, 17, 31.

NOVEMBRO: 07, 14, 21.

PLANO DE AULAS

Mês	Unidade temática
Agosto	 1 – O Direito processual no contexto do pensamento jurídico. 2 – O processo no contexto do pensamento liberal e do pensamento social
Setembro	 3 – Estado Democrático de Direito e processo. 4 – Métodos de solução de conflitos.
Outubro	5 — Processo e solução de conflitos sociais, ou resolução de demandas? O problema da entrega do "bem da vida" ou da realização da "paz social".
Novembro	6 – Política pública de acesso à justiça,





Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

"Administração pública judiciária", ou "jurisdicionado"? O problema da
compreensão a respeito da "Justiça" no
âmbito metodológico da processualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza.** Tradução Cristina Serra, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2012.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** Trad. Virgílio Afonso da Silva, 2ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas** ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª ed., São Paulo, Editora Pioneira-Thomson Learning, 2001.

ARNAUD, André-Jean. LOPES JR., **Niklas Luhmann: Do sistema social à sociologia jurídica.** Trad. Dalmir Jopes Jr., Daniele Andréia da Sila Manão, Flávio Elias Riche. Rio de Janeiro, Editora Lumén Juris, 2004.

AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de. A justiciabilidade dos direitos sociais nas Cortes internacionais de justiça. São Paulo, LTr, 2017.

BACON, Francis. The new organon. Or true directions concerning the interpretation of nature. http://www.constitution.org/bacon/nov_org.htm, em 29/5/18.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito processual constitucional. Aspectos contemporâneos.** 1ª reimpressão, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2008.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo. Influência do direito material sobre o processo.** 6ª ed. rev.e ampliada, São Paulo, Malheiros Editores, 2011.

CALAMANDREI, Pietro. **Direito Processual Civil.** Trad. Luiz Abezia e Sandra Drina Fernandez Barbiery. São Paulo, Bookseller, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 6ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro. Acess to Justice. The anthropological perspective, Vol. IV. Edited by Klaus-Friedrich Koch. Milão, Dott. A. Giuffrè Editore, 1979.





Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Proceso, Ideologias, Sociedad. Trad. Santiago Sentís Melendo y Tomás A.
Banzhaf, Buenos Aires, Ediciones Juridicas Europa-America, 1974.
CARNELUTTI, Francesco. Instituições do Processo Civil. Trad. Arián Sotero De Witt
Batista, São Paulo, Servanda, 1999.
Sistema de Direito Processual Civil. Trad. Hiltomar Martins Oliveira, 1 ^a ed, São Paulo, ClassicBook, 2000.
CASTILHO, Ricardo. Acesso à justiça. São Paulo, Editora Atlas, 2006.
CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil. Trad. Paolo Capitanio, 2ª ed, São Paulo, Bookseller, 2000.
DESCARTES, René. Discurso do método . Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. Notas de Gérard Lebrun. https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/descartes-discurso-do-mc3a9todo-trad-jacc3b3-guinsburg-e-bento-prado-jr-com-notas-de-gerard-lebrun-publicac3a7c3a3o-autorizada-pelos-detentores-dos-direitos.pdf , em 29/5/18.
DINAMARCO, Cândido Rangel. A nova era do processo civil. 1ª ed., 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2004.
. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria Geral do Novo Processo Civil. São Paulo, Malheiros Editores, 2016.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 64ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.
GRAU, Eros Roberto. GUERRA FILHO, Willis Santiago. Direito Constitucional. Estudos em homenagem a Paulo Bonavides. 1ª ed. 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2003.
GRINOVER, Ada Pellegrin. Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo, Brasília, Gazeta Jurídica, 2016.
GUERRERO, Luiz Fernando. Os métodos de solução de conflitos e o processo civil. Coleção Atlas de processo civil, Coord. Carlos Alverto Carmona, São Paulo, Atlas, 2015.
KUHN, Thomas Samuel. The Structure of Scientific Revolutions . Editor-in-Chief Otto Neurath, United States of America, Second Edition, Enlarged. 1970.
LOSANO, Mário. Sistema e estrutura do direito. v. 1. Tradução de Carlo Alberto Dastoli.1ª ed. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2008.
LUHMANN. Niklas. Law as a social system. Translatede by Klaus A. Ziegert. Edited by Fatima Kastner and other.Oxford University Press. New York. USA. 2008.
Sociologia do Direito I e II . Trad. Gustavo Bayer, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1983.





Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

MEDEIROS, João Paulo Fontoura de. Teoria Geral do processo. O processo como serviço público. Curitiba: Juruá, 2005. MELO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3ª ed., 11ª tiragem, São Paulo, 2003. NEVES, Antonio Castanheira. O direito hoje e com que sentido? O problema atual da autonomia do direito. Coleção Pontos de Vista, Lisboa, 3ª edição, 2012. . O "Jurisprudencialismo" - proposta de uma reconstituição crítica do sentido do direito. Teoria do Direito. Direito interrogado hoje – Jurisprudencialismo: uma resposta possível?, Salvador, Editora JusPodivn, p. 9-79, 2012. . Metodologia Jurídica. Problemas fundamentais. Stydia Ivridica I, Coimbra Editora, Reimpressão, Coimbra, 2013. OLIVEIRA, Rui Barbosa de. Oração aos moços. http://mkmouse.com.br/livros/OracaoaosMocos-fcrb-RuiBarbosa.pdf, em 29/5/18. ROCHA, Leonel Severo. GERMANO, Schwartz. CLAM, Jean. Introdução à teoria do sistema autopoiético do direito. Porto Alegre, Livraria do advogado Editora, 2005. . KING, Michael. SCHWARTZ, Germano. A verdade sobre a autopoiese no direito. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2009. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. 3ª ed., 1ª Reimpressão, São Paulo, Cortez, 2011. . A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. Vol. 1, 3^a ed. São Paulo, Cortez, 2001. SMITH, Adam. A riqueza das nações. Trad. de Luís Cristóvão de Aguiar, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 4a ed., 2006. SILVA, Paula Costa e. A nova face da justiça. Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias. Coimbra Editora. Lisboa, 2009. TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 3ª ed., ver., atual, e ampl., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016. WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In, Participação e processo. Coordenação de Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco, Kazou

Watanabe. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.